XI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FMP (2022)

PRETENSÃO RESISTIDA NAS DEMANDAS CONSUMERISTAS: ANÁLISE DO PROJETO DE LEI N.º 533/2019

Autora: Maria Alice Milzerek Vargas

Orientador: Handel Martins Dias

Instituição: FMP - Fundação Escola Superior do Ministério Público

Linha 02: Tutelas à efetivação dos direitos transindividuais

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar se o Projeto de Lei n.º 533/2019 ofende a garantia constitucional de acesso à justiça. A metodologia do trabalho se dá através de método dedutivo, utilizando-se de estudo bibliográfico e documental, abordando o tema de forma qualitativa, sob a perspectiva doutrinária e legislativa. O Projeto de Lei n.º 533/2019 pretende inserir, nos artigos 17 e 491 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), a necessidade de comprovação da efetiva resistência do réu em satisfazer a pretensão do autor como requisito do interesse processual para o ajuizamento da ação. Ou seja, deve o sujeito, antes de requerer a tutela do Judiciário, buscar solucionar o conflito por meio de métodos extrajudiciais de autocomposição e, somente após a ineficácia deste, poderá recorrer à esfera estatal postulando o desfecho processual. O Projeto de Lei n.º 533/2019 procura incentivar o uso dos métodos alternativos de solução de conflitos e, conseqüentemente, gerar a redução do número de demandas perante o Judiciário, por meio da ampliação do requisito do interesse de agir, ameaçando violar um dos princípios constitucionais basilares do Estado Democrático de Direito, o acesso à justiça. A garantia do acesso à justiça é um dos elementos constitucionais que asseguram ao cidadão a proteção de reivindicar seus direitos, além da obtenção da justiça em seu sentido estrito. Nesse sentido, no Projeto de Lei n.º 533/2019 justifica-se, a fim de contornar a inconstitucionalidade da emenda, que o interessado não restará impedido de reclamar a tutela dos seus direitos ao Poder Judiciário, mas tão somente estará condicionado à demonstração da pretensão resistida. Também, a emenda pretende, com a inclusão do §2º do artigo 17, impor às empresas, aos órgãos integrantes da Administração Pública ou do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, que disponham de meios extrajudiciais para a solução de conflitos, diretamente, entre o autor e réu, o que permite observar que o Projeto de Lei não se encontra ciente da atual conjuntura da sociedade brasileira, tendo em vista que, em 2021, 35,5 milhões de pessoas não possuíam acesso à internet. Portanto, o pouco uso dos meios extrajudiciais disponibilizados à população dá-se, também, pela falta de acesso a estes, o que demonstra notório desequilíbrio entre as partes. Conclui-se que, a ampliação do interesse de agir, condicionando a comprovação da pretensão resistida pelo interessado, viola a garantia do acesso à justiça, uma vez que limita o indivíduo a requerer tutela de seus direitos perante o Poder Judiciário, o impedindo de exercer plenamente os direitos sociais inerentes do cidadão no Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Acesso à justiça; Pretensão resistida; Interesse de agir; Interesse processual.